

*A Dinâmica da economia mundial  
e as premissas da crise dos  
anos 80 no Brasil*

**Edmilson Costa**

Historicamente, as economias do Terceiro Mundo e, particularmente as da América Latina, mantiveram com as economias centrais um relacionamento marcado pela subordinação. A natureza do seu processo de desenvolvimento, na absoluta maioria dos casos, esteve vinculada muito mais aos interesses das metrópoles do que a um projeto nacional soberano. Assim ocorreu no período em que essas nações eram colônias; o mesmo fenômeno se registrou quando a Inglaterra hegemonizava a economia mundial e, atualmente, vivemos um período mais sofisticado de integração dependente, onde os Estados Unidos são a principal liderança, mas têm presença expressiva o Japão e a Comunidade Econômica Européia.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento do Brasil, mesmo tendo registrado nas últimas décadas um extraordinário grau de industrialização e transformado o País, em termos quantitativos, na oitava economia do mundo ocidental, não poderia fugir à dinâmica da subordinação ao sistema de poder que hegemoniza as relações econômicas e políticas no mundo. Em outras palavras, sua estrutura econômica está, em sua maior parte, condicionada à dinâmica do sistema de poder dos países centrais. Como diz Santos (1), esse condicionamento determina, em última instância, os limites, as possibilidades e o comportamento das economias dependentes.

A crise dos anos 80 no Brasil pode ser tomada como um dos exemplos mais significativos desse processo, ou seja, de uma nação que se integrou de forma dependente ao mercado mundial e que, em função de um variado leque de instrumentos de poder sob o controle das economias centrais, perdeu parte expressiva de sua autonomia para elaborar uma política econômica vinculada aos interesses endógenos da nação. Forçada pelas circunstâncias, foi obrigada a

realizar uma série de ajustes internos predatórios que levou a economia à estagnação e o País a perder a década de 80.

No entanto, o raciocínio precedente, apesar de considerar a subordinação como o locus determinante nas relações entre as economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento e as economias centrais, não a absolutiza, porque o espaço nacional onde se materializa a dependência está eivado por uma intensa luta entre as diversas classes - inclusive os representantes do capital internacional - pela repartição da renda nacional .

Procuramos assim nos diferenciar tanto dos teóricos da “dependência pura”, que apreendem em suas análises apenas as contradições entre as nações e, portanto, são incapazes de descobrir algo além do inimigo externo”, abstraindo portanto as relações entre as classes. Da mesma forma, também nos diferenciamos dos analistas, que vêem apenas nas relações internas - e particularmente no controle da moeda e do déficit público - a raiz dos problemas ou dos êxitos de um País, esquecendo-se do domínio do sistema de poder dos países centrais sobre as economias periféricas.

Nesse sentido, concordando com Cuevas (2), rejeitamos o predomínio ilimitado das categorias “dependência” sobre “exploração” ou da “nação” sobre “classes”, e absorvemos apenas em parte as formulações de Salama (3) que, apesar de corretamente assinalar que a responsabilidade pelos problemas dos países em desenvolvimento deve ser debitada tanto aos fatores externos quanto internos, não assume a lógica externa como determinante do processo de crise atual.

Portanto, é com esse entendimento teórico que procuraremos apreender as questões de fundo que levaram o Brasil a perder esta década de 80. Ou melhor, buscaremos refletir sobre as raízes

estruturais a partir da articulação subordinada entre a economia nacional e o sistema de poder capitalista, vinculando esse processo à dinâmica interna da economia brasileira.

País de industrialização tardia, o seu processo de desenvolvimento e modernização não ocorreu nos moldes em que se deu a implantação do capitalismo clássico, mas sob o domínio dos monopólios e, nos anos 70 - período de maior dinamismo, onde se consolidou a moderna indústria -, sob o controle das corporações internacionais e dos bancos transnacionais. Nesse contexto, o sistema de poder do capitalismo mundial teve um papel expressivo não só na orientação da natureza do sistema econômico, como também na estruturação dos vínculos orgânicos que os possibilitaram, nas recentes crises, condicionar de maneira coercitiva a dinâmica da economia nacional.

Partimos do pressuposto de que, para entendermos a crise dos anos 80 no Brasil, é necessário realizarmos uma análise dos principais instrumentos concretos do sistema de poder capitalista central, avaliarmos sua estrutura, bem como as relações desse sistema com a periferia capitalista. Em nosso entendimento, o sistema de poder econômico está baseado em dois eixos fundamentais: o polo produtivo, representado pelas corporações transnacionais; e o polo financeiro, cujos elementos mais dinâmicos são os bancos transnacionais. As corporações transnacionais não só hegemonomizam a economia capitalista mundial (tabela 1), mas também se transformaram na expressão mais concentrada do capitalismo monopolista. Por sua vez, os bancos transnacionais, ao se internacionalizarem, transformaram-se nos principais financiadores da economia mundial, pelo menos até a crise da dívida externa nos anos 80.

## POLO PRODUTIVO: AS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

Após a segunda guerra mundial e a reorganização da economia, sob a liderança dos Estados Unidos, o mundo capitalista viveu um período qualitativamente novo, estimulado pela incorporação à produção do desenvolvimento técnico científico - os avanços na área espacial, a manipulação do átomo e do raio-laser, as novas descobertas na eletrônica, química fina e nos metais. Esse processo contribuiu decisivamente para o aumento da produção e da produtividade e, a exemplo do que ocorreu no final do século passado, quando as descobertas científicas de então provocaram o surgimento dos monopólios, a nova revolução técnico-científica também contribuiu para o aparecimento de um fenômeno que revolucionou a economia mundial: os supermonopólios transnacionais.

Essas gigantescas corporações, que se consolidaram a partir do início da década de 60, proporcionaram um salto de qualidade no modo de produção capitalista, ao unificarem o ciclo do capital (4) fazendo surgir pelo menos quatro fenômenos novos na economia mundial: a internacionalização do processo produtivo e a mundialização da economia; uma nova divisão na internacionalização do trabalho; o estabelecimento de um novo perfil na luta entre capital e trabalho; e uma nova dinâmica no comércio mundial (5)

INTERNACIONALIZAÇÃO PRODUTIVA - Com a incorporação das novas tecnologias à produção, aumentou-se de maneira extraordinária a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, passou-se a produzir uma massa gigantesca de mercadorias, o que tornou os mercados nacionais estreitos para as inversões de todo o excedente

acumulado. Além disso, a qualificação da mão-de-obra, aliada às conquistas sociais dos trabalhadores, elevaram consideravelmente a participação na renda do capital variável. Conseqüentemente, a possibilidade de que a produção no exterior, agora nas novas condições da revolução técnico científica, se tornar mais rentável que o comércio exterior completaram o ciclo que forçou objetivamente essas companhias a buscar a internacionalização da produção. Como definiu Michalet, esse processo marcou uma ruptura radical com a situação anterior, ou seja, as transnacionais deslocaram das fronteiras nacionais o local de criação do valor.

Para um expressivo ramo das corporações transnacionais, este processo está plenamente completo. Tomemos como parâmetro uma grande companhia da área automobilística. Na fabricação de um automóvel, por exemplo, uma de suas filiais pode extrair a matéria prima na Bolívia, outra beneficiá-la em São Paulo, uma outra produzir os motores em Singapura, as latarias poderiam ser feitas no México e a montagem do veículo seria realizada nos Estados Unidos ou na Europa. Em todo esse processo a companhia evidentemente se aproveitaria das melhores disponibilidades nacionais que possibilitassem o incremento máximo do lucro. Dessa forma, a internacionalização do processo produtivo fez com que o mundo, para essas companhias, se transformasse numa esfera única de inversões de capitais e uma enorme fonte de recursos minerais, monetários e humanos à sua disposição (7).

NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - Essa dinâmica produtiva criou uma nova divisão internacional do trabalho, onde a especialização a nível internacional é a diretriz central do planejamento da produção. Reproduz-se assim a anterior divisão do trabalho no interior da empresa: a antiga seção da fábrica hoje é uma

divisão internacional (8) . O trabalho global passou a obedecer uma rigorosa padronização, onde os fatores tecnológicos, as normas de produção, os padrões administrativos são gerados desde a matriz, cabendo às filiais o cumprimento das orientações. A consequência política desse novo processo é o aumento da subordinação das economias nacionais aos centros detentores do poder econômico e dos avanços tecnológicos mundiais.

NOVO PERFIL DA LUTA DE CLASSES - Antes do aparecimento das corporações transnacionais, a exploração direta de trabalhadores de outra nação era inacessível aos antigos monopólios. No entanto, à medida que essas companhias levaram a exploração do trabalho para além das fronteiras nacionais, constituiu-se um novo perfil na luta entre capital e trabalho, ou melhor, a burguesia de um País passou a explorar diretamente tanto os operários da nação-matriz como os trabalhadores de várias nacionalidades, transformando objetivamente, burguesia e proletariado em classes cosmopolitas e elevando a luta de classes a um patamar superior.

NOVA DINÂMICA DO COMÉRCIO MUNDIAL - A segmentação do processo produtivo mudou de maneira acentuada o perfil do comércio mundial: hoje cerca de 30 a 40% do comércio mundial é feito intra-firma, ou seja, entre matriz e filial das corporações transnacionais (9). Esse tipo de comércio (do proprietário consigo mesmo) coloca inclusive a necessidade de formulação de novos elementos teóricos para sua explicação, tendo em vista que os “preços” intra-firma não representam necessariamente o custo social do produto, tendo em vista que são normalmente fixados como “referência”, de acordo com os interesses previamente orientados no planejamento global da matriz. Como ressalta Astapovich, como essas mercadorias não passam pelos canais tradicionais do comércio mundial, o mecanismo

de mercado deixa de regulá-las não somente a nível de um país, mas também a nível internacional (10).

A performance adquirida pelas transnacionais lhes proporcionou um alto grau de organização. Geralmente, a empresa matriz se encarrega do planejamento global, incluindo aí a fixação de metas e normas de produção às unidades no exterior, bem como o giro monetário entre a filial e a matriz, além da comercialização. Até mesmo a política de recursos humanos é traçada, nas linhas gerais, pela empresa líder. Os gerentes e principais quadros geralmente são oriundos dos países centrais, enquanto os quadros intermediários e operários são recrutados na mão de obra local.

Trata-se, portanto, após essa análise sumária dos principais elementos constitutivos e qualificativos das corporações transnacionais, de verificar o seu peso nas relações econômicas mundiais e, principalmente, para efeito de nosso trabalho, e de avaliar quais os instrumentos que possibilitaram aos países centrais, através dessas companhias, transferirem a maior parte do ônus da crise internacional para os países do Terceiro Mundo.

Realmente, com essa estrutura e poder econômico, as companhias transnacionais se transformaram no polo mais dinâmico da economia capitalista e também observaram um crescimento impressionante, praticamente passando a atuar em todos os países do mundo. Cálculos de várias fontes indicam que, em 1961, existiam no mundo cerca de 4.800 dessas filiais, número que saltou 20 anos depois para 98 mil (11), o que significa um aumento de mais de 20 vezes.

Para se ter uma idéia mais aproximada do fenômeno das transnacionais vale ressaltar que as dez maiores americanas realizaram, em 1981, um volume de vendas superior a US\$ 500

---



bilhões (tabela 3), quantia superior ao Produto Interno Bruto de todos países do Terceiro Mundo, tomados isoladamente. Outro ponto a ser destacado e que contraria certo tipo propaganda, na qual afirma-se que essas companhias vêm ao Terceiro Mundo para contribuir com o seu desenvolvimento - é a remessa de lucro para as matrizes. De acordo com Castro, para cada dólar novo investido nos países do Terceiro Mundo, as transnacionais remetem 2,2 dólares (tabela 4) para os seus países de origem. No caso das empresas americanas, a remessa sobe para 4,25 dólares por cada unidade investida (12). Evidentemente, remessas desse porte só podem ser realizados mediante obtenção de elevadas taxas de lucro. Conseqüentemente, pode-se concluir que essa elevada rentabilidade é fruto: primeiro, do baixo nível de salários pagos aos trabalhadores e, segundo, da formação monopolista dos preços, o que sugere a hipótese de que as transnacionais, por adotarem uma política de rígidas margens de lucro, são parte expressiva do fenômeno inflacionário nos países do Terceiro Mundo.

Se avaliarmos a hegemonia desses supermonopólios, em termos de Terceiro Mundo, poderemos ter uma aproximação bastante sugestiva da relação entre a crise brasileira dos anos 80 e seu vínculo com o polo produtivo do sistema de poder capitalista. Em 1977, essas empresas controlavam 80% dos produtos básicos exportados pelos países do Terceiro Mundo, além, da venda da maior parte das terras agriculturáveis. No setor industrial, detinham o controle de 76,5% da produção fabril, 80% da metalúrgica e 90% da indústria de veículos comerciais e de passageiros (13).

Podemos assim ter uma idéia tanto do papel que essas companhias desempenham na economia mundial, quanto da força econômica que dispõem. Em outras palavras, quem detém o controle

da parte mais dinâmica da indústria, de mais de dois terços da exportação dos produtos básicos do Terceiro Mundo, tem um poder muito grande sobre o mercado mundial, inclusive a possibilidade de manipulá-lo, para atenuar eventuais crises nos seus países de origem, bem como a possibilidade de influir coercivamente junto a governos no sentido da elaboração de políticas econômicas que não contrariem os seus interesses.

## POLO FINANCEIRO: OS BANCOS TRANSNACIONAIS

O sistema financeiro capitalista do pós-guerra teve como ponto de partida a Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, em 1944. As principais potências econômicas, já prevendo a vitória dos aliados na segunda guerra, procuram elaborar os lineamentos básicos para a reorganização da economia num mundo de paz. Nessa conferência, da qual participaram 44 nações, os Estados Unidos assumiram o papel de potência hegemônica do mundo capitalista. Em Bretton Woods também foram criados dois organismos para buscar a harmonização do novo processo econômico: o Banco Internacional de Reconstrução Econômica, mais conhecido como Banco Mundial; e o Fundo Monetário Internacional - FMI (14).

As duas organizações tinham tarefas específicas: o Banco Mundial ficara encarregado de proporcionar recursos que possibilitassem a reconstrução das economias européias, devastadas pela guerra. Já o FMI procuraria buscar a estabilidade monetária e a retomada do comércio mundial. Como responsável pela maior parte dos fundos destinadas às duas instituições, os Estados Unidos montaram um sistema de repartição das cotas que lhes permitiram exercer a hegemonia no processo de decisão. “O direito de voto nos

conselhos, tanto do FMI quanto do Banco Mundial, foi distribuído de forma a permitir que o diretor executivo americano pudesse vetar qualquer medida importante”, enfatiza Moffit (15). Ao longo do tempo, o sistema não sofreu grandes modificações, mesmo com a adesão de dezenas de países a essas organizações. No caso do FMI, por exemplo, o sistema de cotas vigente hoje continua dando aos países centrais o direito de ditar as normas políticas da organização (tabela 4).

No entanto, nem o Banco Mundial, nem o FMI dispunham de recursos suficientes para cumprir os objetivos para os quais foram criados. A reconstrução europeia só se concretizou em função da guerra fria. Para conter a “ameaça comunista”, o Congresso americano aprovou o Plano Marshall, pelo qual os Estados Unidos injetaram os dólares que efetivamente impulsionaram a reconstrução europeia. Pelos cálculos de Moffit, de 1948 a 1952, foram transferidos mais de US\$ 12 bilhões em concessões e empréstimos à Europa e Japão, uma quantia quatro vezes maior que a dispendida pelo Banco Mundial e FMI.

De qualquer forma, com o deslançamento do Plano Marshall, o sistema montado em Bretton Woods começou a funcionar e o dólar se transformou em moeda universal. Todavia, a recuperação europeia estava sendo financiada mediante contínuos déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Mesmo assim, o sistema funcionou razoavelmente até o final da década de 50.

A década de 60 foi testemunha de uma série de significativas transformações na economia. A Europa se recuperou e passou a competir com os Estados Unidos; consolidou-se a transnacionalização da economia; operou-se também um grande avanço na área das telecomunicações, o que dinamizou o mundo dos

negócios e o comércio mundial. Além disso, os Estados Unidos entraram na guerra do Vietnã, o que veio adicionar novos bilhões de dólares ao déficit americano e contribuir para o aumento da inflação.

Esses crescentes déficits no balanço de pagamentos americanos lavaram à constatação de que havia dólares demais no mundo e que seu lastro em ouro era quase uma ficção, o que levou a uma grande insegurança aos países detentores da moeda americana e, conseqüentemente, à desconfiança no sistema cujo dólar era moeda central. Muitos países começaram a contestar o privilégio da moeda americana e, em 1971, o presidente Nixon rompeu com Bretton Woods, ao acabar definitivamente com a paridade entre o dólar e o ouro. Desde essa época até hoje vive-se um processo de desregulamentação no sistema financeiro mundial.

Mas na década de 60 também ocorreu um fenômeno profundamente significativo para as finanças internacionais: a formação dos bancos transnacionais. Ressalte-se que alguns bancos mantinham filiais em algumas das principais praças do mundo desde o século passado. No entanto, o processo de transnacionalização multiplicou por centenas o número de filiais bancárias no mundo. No início, os bancos apenas seguiram um pouco tardiamente o caminho das transnacionais do polo produtivo, até mesmo para não perder seus antigos clientes. No entanto, o processo de transnacionalização foi, paradoxalmente, estimulado por uma série de medidas tomadas pelo governo americano, com o objetivo de restringir a saída de recursos para o exterior. Entre essas medidas, destaca-se o Imposto sobre Equalização de Juros (IEJ), pelo qual foram elevados os custos dos empréstimos. Como ressalta Moffit (16), o IEJ criou uma espécie de ameaças para a economia internacional, posto que os Estados Unidos era, na prática, os banqueiros do mundo. Mesmo assim, em

função dos problemas no balanço de pagamentos, os americanos continuaram intensificando as restrições à saída de dólares.

A alternativa para grande parte dos bancos foi a burla da lei americana, mediante a criação de títulos com valor em dólares, mas emitidos fora dos Estados Unidos. Esse mecanismo se dinamizou de maneira extraordinária até formar o mais importante mercado de moedas da história da humanidade - o euromercado, centralizado em Londres, mas com ramificações pela Europa e Caribe. A grande versatilidade desse mercado e sua posição geográfica estratégica (permitia ao operador conversar com Tóquio pela manhã, com Nova York à tarde e com a Califórnia à noite ) (17), transformou a atividade bancária e abriu aos bancos a possibilidade de operar em escala mundial, com mais rentabilidade e quase nenhuma restrição.

Alguns autores afirmam, como Sampson (18), que a origem do euromercado vem desde 1949, quando o governo da China, temendo que os americanos bloqueassem os seus dólares nos Estados Unidos, os depositaram em um banco em Paris de propriedade soviética. Posteriormente, os soviéticos, com a mesma preocupação, também começaram a retirar seus dólares dos Estados Unidos e depositá-los em Paris ou Londres. “Essa nova moeda refugiada, em breve negociada por outros bancos europeus, tomava o nome de eurodólar (segundo se diz) do endereço telegráfico em Paris (19)”. No entanto, o mercado de eurodólares só passa a ter significado internacional a partir de meados da década de 60 e encontra seu auge na década de 70, entrando em crise na década de 80.

Independentemente das opiniões sobre sua origem, uma série de outras circunstâncias contribuíram para a sua formação. Como vimos, a revolução nas telecomunicações possibilitou a operação bancária 24 horas por dia. O euromercado, por sua vez não exigia reservas

compulsórias sobre os depósitos. Também contribuiu para sua formação, a criação dos Bancos de Consórcios Internacionais, uma espécie de Clube dos Bancos, e a instalação das chamadas agências insulares, os chamados paraísos fiscais do Caribe, que na verdade funcionavam como entreposto para o euromercado, além dos dólares oriundos do déficit americano.

A velocidade com que os bancos foram instalando filiais pelo mundo e aumentando as transações financeiras internacionais pode ser medida pelos seguintes dados (tabela 4): em 1964 existiam 11 bancos com agências no exterior operando em 181 cidades. Em 1974 esse número cresceu para 125 bancos, com um total de 732 agências; em 1979, 139 bancos estavam estabelecidos no exterior, com um total de 779 agências. O volume dos negócios também aumentou extraordinariamente: Em 1965, os bancos americanos tinham em torno de US\$ 377 bilhões em empréstimos registrados nos livros de suas agências domésticas e menos de US\$ 9 bilhões nas estrangeiras. Por volta de 1976, os ativos registrados nos livros das agências no exterior haviam crescido mais de 20 vezes, alcançando US\$ 219 bilhões, enquanto os empréstimos domésticos apenas triplicaram (20) . Em outras palavras, os bancos passaram a apresentar, em termos de lucro, um desempenho cada vez maior no exterior (tabela 5).

O conjunto de fatores que proporcionaram a formação do euromercado, foi incrementado quando a organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu aumentar os preços do produto. “Os bancos, já experientes nas transações financeiras internacionais, iniciaram uma extraordinária reciclagem dos chamados petrodólares, ampliando de maneira acentuada suas atividades” (21). Nesse sentido, muitos analistas cometem um grande equívoco ao

afirmar que a formação do euromercado se deu em função dos preços do petróleo. Como vimos, os petrodólares apenas incrementaram uma atividade já bastante desenvolvida.

Nas palavras de Moffiti, esse mercado revolucionou as atividades bancárias: “Ao unir mercados financeiros nacionais, criou um único mercado mundial do dinheiro, transnacional e virtualmente livre qualquer ação de governos” (22).

Com as atividades desenvolvendo-se extraordinariamente, a cerca de 25% ao ano, velocidade maior que qualquer dos indicadores econômicos mundiais, os estrategistas buscavam sempre novas possibilidade de negócios além de maior rentabilidade para o dinheiro aplicado. “No princípio, os bancos emprestavam quase que exclusivamente aos países industrializados, mas em fins da década de 60 começaram a se interessar mais pelos países em desenvolvimento, que buscavam empréstimos para financiar suas economias em rápida expansão” (23). Foi o caso do Brasil e do México, além de outros países. Realmente, criou-se uma situação favorável para os empréstimos aos países do Terceiro Mundo. Havia um grande excedente de dólares no mercado e, por sua vez, esses países tinham necessidade premente de créditos. Juntou-se assim o útil ao agradável. Os banqueiros chegavam a argumentar que as transações entre um banco e uma nação eram mais seguras que os negócios com empresas, posto que um país não vai à falência, enquanto uma empresa...

Nessa convergência de interesses, os países do Terceiro Mundo foram-se endividando em escala crescente e, conseqüentemente, os bancos começaram a se envolver cada vez mais com esses países. De acordo com G. Vidal (24), os débitos dos países do Terceiro Mundo eram de US\$179 bilhões em 1975. Em 1978 alcança o total de

US\$ 336 milhões e em 1983 saltando para US\$ 650 bilhões. Atualmente a dívida corresponde a mais de US\$ 1 trilhão. A grande maioria desses créditos foi contratada a taxas flutuantes, o que significava que os países devedores ficariam condicionados à dinâmica da política econômica dos países credores.

Nesse contexto, a expansão do mercado de moedas se deu numa velocidade bem maior que o comércio mundial. Dados de várias fontes indicam que, de 1964 a 1978, os empréstimos bancários cresceram a uma velocidade de 25% ao ano, enquanto o produto mundial bruto registrou elevação de 5,25%, e o comércio 7,5% no mesmo período (25).

Vale ressaltar que a hegemonia do euromercado sobre as finanças internacionais significou uma mudança qualitativa na oferta de crédito internacional, que correspondeu a privatização da maior parte da liquidez internacional (tabela ).

Lembre-se que até a década de 60 a maioria dos créditos para os países do Terceiro Mundo era oriundo das agências internacionais, mas, à medida que o euromercado avançou, essas agências passaram a ter um papel secundário na alocação do crédito internacional. A mudança encareceu o financiamento, tendo em vista que os bancos privados são bem mais ousados que as agências internacionais na cobrança dos juros. “O custo anual do pagamento do serviço da dívida subiu de US\$ 15 bilhões em 1973 para US\$ 100 bilhões em, 1982 (26).

## A CRISE DO POLO PRODUTIVO CAPITALISTA

A extraordinária expansão das forças produtivas e o desenvolvimento dos negócios na área financeira não significaram,



como economistas imaginaram, o desaparecimento dos ciclos econômicos. Pelo contrário, o aumento da concentração da produção e centralização do capital apenas possibilitaram ao capitalismo reproduzir, em bases mais ampliadas, sua contradição central, que se expressa no antagonismo entre o caráter social da produção e a apropriação privada de seus resultados. As crises de 1974-75 e de 1979-82 foram pródigas de significado desse processo, mas também demonstra com bastante evidência, uma impressionante capacidade de os governos e monopólios dos países centrais transferirem a maior parte do ônus da crise para as nações do Terceiro Mundo.

Quais os principais aspectos das duas crises capitalistas ? Podemos sumariamente inventariar três pontos básicos : a) queda da produção e tendência de sincronização do ciclo a nível mundial; b) processo de estagflação; e c) desemprego crônico, mesmo no período de recuperação entre uma crise e outra. Esse conjunto de problemas pôs em evidência os limites da regulação keynesiana e abriu espaço para que os neoclássicos, metamorfoseados de monetaristas, voltassem a hegemonizar a teoria econômica e interferir de maneira decisiva na política dos governos dos países centrais. De fato, as crises de 1974-75 e 1979-82 encerram um ciclo na economia dos países centrais, iniciado no pós-guerra, e iniciaram uma fase onde a tônica é a tentativa de desregulamentação da economia.

SINCRONIZAÇÃO DOS CICLOS: Esse fenômeno expressa a internacionalização do processo produtivo e a mundialização da economia. Ou seja, a segmentação da produção através dos países levou ao ciclo mundial único, afetando todos os países capitalistas. Como assinalou L. Gregoriev (27), nos anos 60 as crises não foram simultâneas, circunstância que permitiu aos países com problemas “exportar” a produção excedentária para outras nações capitalistas,

cuja situação, naquele momento, era melhor. Mas em função da sincronização dos ciclos, os mercados capitalistas ficaram abarrotados de mercadorias, levando a um processo de recessão mais prolongado que nas crises anteriores.

Uma boa amostra dessa situação poderemos extrair dos levantamentos realizados por V. Martinov (28). “Nos anos 74-75 o PIB do Japão sofreu uma queda de 21%, em comparação com os índices máximos anteriores; na França caiu 16% de acordo com o mesmo critério; na Grã Bretanha 10% ; nos Estados Unidos 15%; e na Alemanha Ocidental 11%. O processo de recuperação começou no final de 1975, mas quatro anos depois, ainda sem que as feridas da primeira crise estivessem curadas, uma nova crise irrompeu em 1979 e se prolongou até 1982, demonstrando uma duração sem precedentes desde a segunda guerra. Ainda de acordo com levantamento de Martinov, “em meados de 1982 a produção industrial dos Estados Unidos era 11% inferior à taxa máxima verificada antes da crise; na Grã Bretanha correspondia a 15%, segundo o mesmo critério; na França 9% ; na Alemanha 8%; no Japão 4%. Esses dados aliados à queda na produtividade do trabalho (Entre 1965-75 a produtividade do setor privado cresceu à taxa média de 2,3%, enquanto entre 1973-79 o incremento verificado foi de apenas 1%), demonstravam um quadro de grandes dificuldades.

O PROCESSO DE ESTAGFLAÇÃO: No tempo do capitalismo concorrencial e mesmo na época dos antigos monopólios nacionais, a baixa do ciclo era tendencialmente acompanhada por uma queda nos preços dos bens e serviços e, conseqüentemente, por uma redução no processo inflacionário. Mas no período que estamos analisando a inflação apresentou um comportamento ascendente, tanto na retração quanto na retomada da economia, ressalvando-se que em 1981 e

1982 a inflação nos países centrais passou a registrar alguns sinais de arrefecimento (tabela )

Entre os problemas estruturais que estão na base da estagflação pode-se destacar a crescente monopolização da economia, onde as transnacionais, como destacamento avançado e hegemônico do sistema de poder capitalista, tendem a fixar mundialmente altas e rígidas taxas de lucro, o que lhes possibilita, mesmo com a queda na produção, manter suas margens de rentabilidade. Isso leva ao encarecimento da produção e se reflete expressivamente no nível de preços. Além desse fato, está também na raiz da questão os agudos antagonismos e as desproporcionalidades na economia - que tendem ao desarranjo do sistema de regulação - e o consumo insuficiente das massas, em função da desproporção entre os ganhos dos trabalhadores e a acumulação capitalista.

DESEMPREGO CRÔNICO: Como se sabe, o desemprego tem sido um companheiro inseparável do modo de produção capitalista. Apesar de muitos economistas falarem em pleno emprego na economia, essa é uma expressão que não corresponde aos fatos, funciona mais num sentido simbólico. Afinal, o capitalismo tem uma necessidade intrínseca de conviver com um “exército industrial de reserva”, na feliz expressão de Karl Marx, para manter o processo de exploração. Numa economia onde a lei econômica fundamental é a maximização dos lucros, o pleno emprego terminaria por inviabilizar o processo de acumulação, tendo em vista que a força de trabalho tenderia a se valorizar continuamente. Portanto, o desemprego ao qual estamos nos referindo não é aquele correspondente ao “exército industrial de reserva”, mas ao desemprego crônico, fruto da crise e não reduzido na época de retomada do ciclo.

A partir da crise de 1974-75, esse tem sido um problema crônico nas economias desenvolvidas, mantendo até mesmo hoje níveis superiores aos observados nos pós-guerra. “Segundo os dados oficiais, o número de desempregados nos países desenvolvidos em 1973 cresceu de 8,5 milhões em 1973 para 15,3 milhões no apogeu da crise em 1975 e em setembro de 1982, no final da outra crise, se situava em 31 milhões” (30). Ressalte-se todavia que este número deveria ser bem maior, tendo em vista que as estatísticas oficiais não refletem plenamente o real contingente de trabalhadores desempregados, pois geralmente não levam em conta as pessoas que trabalham apenas alguns dias por semana ou os jovens que saíram da escola e não encontram trabalho.

#### A CRISE NO POLO FINANCEIRO

O processo de crise no sistema financeiro teve um comportamento assimétrico em relação ao polo produtivo do sistema de poder capitalista. Enquanto a produção industrial apresentava elevados acréscimos em meados da década de 70, o euromercado entrava em sua fase mais dinâmica, incentivado pela reciclagem de petrodólares. Para um observador menos atento, parecia mesmo que esses “irmão siameses” estariam funcionando como compartimentos estanques, cada um seguindo seu próprio curso, como se estivesse desfeita a velha união iniciada no final do século passado com a monopolização da economia. Acontece que por trás de uma aparente assimetria, gastava-se também a crise do polo financeiro, paradoxalmente estimulada pela política governamental americana de altas taxas de juros.

Como vimos, o processo de crise teve uma série de impactos na política governamental dos Estados Unidos. A inflação, o desemprego, o enfraquecimento do dólar perante as principais moedas, a perda relativa de competitividade da economia americana, levaram seus dirigentes a tomar uma série de medidas que possibilitassem reverter o quadro de arrefecimento da hegemonia americana. Sucessivas reformas foram tentadas a partir de 1976 mas, apesar de terem provocado certo aumento da taxa real de juros nos Estados Unidos, não restabeleceram a confiança dos parceiros europeus e japoneses na economia americana.

A hegemonia só começou a ser restabelecida a partir de outubro de 1979, com o pacote econômico anunciado pelo então presidente do FED americano, Paul Vocker, onde se elevada a taxa de desconto nos Estados Unidos (taxa paga pelos bancos quanto pedem empréstimos ao FED), o que significou na prática uma sinalização para o aumento das taxas de juros; foi anunciada ainda um controle rigoroso sobre a oferta monetária o que sinalizava o arrocho do crédito interno; e restringia-se ainda os empréstimos que tivessem finalidades especulativas.

Como relata Moffit, os efeitos das mudanças de rumo do FED foram sentidos imediatamente através da alta doméstica da taxa de juros. A partir daí, os juros apresentaram um comportamento explosivo até 1982 (gráfico ). Mesmo tendo levado o País à recessão, essas altas taxas de juros fizeram com que capitais do mundo inteiro migrassem para os Estados Unidos em busca de valorização. Os outros países desenvolvidos também foram obrigados, para defenderem suas respectivas moedas, a aumentar os juros. Viveu-se assim, no sistema financeiro mundial, um período de taxas de juros nunca dantes presenciado na história moderna. De

uma taxa negativa em meados da década de 70, os juros reais chegaram a atingir 64% reais em 1981. Com esse processo, o dólar voltou a se fortalecer, mas em contrapartida a nação americana, pela primeira vez neste século, passou da condição de credora à de principal devedora mundial.

Mas como tudo na vida é dialético, as medidas que contribuíram para o fortalecimento do dólar e a migração de capitais para os Estados Unidos, tiveram como contrapartida a insolvência dos países devedores e a crise do sistema financeiro baseado no euromercado. Com o aumento das taxas de juros, um número cada vez maior de países começou a apresentar crescentes dificuldades para pagar o serviço da dívida, cada vez mais oneroso. Entre 1978 e 1982, esse serviço cresceu a um ritmo de 23,3%, taxa que ultrapassou a velocidade de aumento da própria dívida. A partir daí, a quase totalidade das nações passou a tomar créditos não mais para aplicá-lo em atividades produtivas, mas para pagar o serviço da dívida que, nessas condições, foi aumentando como uma bola de neve.

O sistema financeiro internacional, profundamente envolvido com os países do Terceiro Mundo, entra em crise, quadro que se aprofunda e chega a níveis de pânico, em 1982, quando o México decretou a moratória. A partir daí, opera-se uma inflexão profunda no sistema financeiro internacional, com os bancos praticamente interrompendo o fluxo de recursos para o Terceiro Mundo. Inicia-se o período em que o sistema financeiro força a repatriação do capital, utilizando-se do FMI para induzir políticas de ajustes predatórios em toda a periferia capitalista.

## AS REPERCUSSÕES DA CRISE NA PERIFERIA CAPITALISTA

Como é natural num sistema onde um grupo de países hegemôniza as relações econômicas, os governos dos países centrais, através de seus destacamentos avançados das áreas produtiva e financeira, buscaram uma saída para a crise que menos lhes prejudicasse, mediante o ajuste interno, mas principalmente transferindo para a periferia a maior parte do ônus da crise. Isso se processou basicamente através dos seguintes eixos básicos: a recessão mundial levou à depressão dos preços das matérias primas dos países do Terceiro Mundo; em contrapartida, a sobrevalorização do dólar, aliada à natural tendência dos monopólios a manterem as margens de lucro, mesmo na baixa do ciclo, fez com que se observasse uma expressiva elevação dos preços das máquinas e equipamentos exportados pelos países centrais, processo que inverteu as relações de troca entre o mundo desenvolvido e os países em desenvolvimento. A esse conjunto de problemas, já verificados na crise de 1974-75, veio se somar outros ainda mais graves, a saber: a elevação sem precedentes das taxas de juros e a imposição de ajustes ortodoxos patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional, o que levou as economias do Terceiro Mundo à crise mais prolongada do pós-guerra.

Esse complexo mecanismo de subordinação está na raiz dos profundos desequilíbrios verificados nas economias dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, concordamos com Nilsom Araújo de Souza, que explica o processo da seguinte maneira: a crise provoca a queda da demanda de importação dos países centrais, fator que, agregado a sofisticadas medidas protecionistas, tem como resultado a queda nos preços das matérias primas, item majoritário nas

exportações do Terceiro Mundo. Além disso como a transnacionais controlam partes expressivas dessas economias, em épocas de crise nos países de origem, tendem a subfaturar os insumos importados”, o que, aliado à sobrevalorização do dólar, reduz acentuadamente as receitas do Terceiro Mundo (33). Por exemplo, os bens de capital importado pelo Brasil tiveram acréscimos reais de preços, entre 1974 e 1975, de 19% (34) e de 15% para o conjunto de países não petrolíferos do Terceiro Mundo. Como ressalta o relatório de Fidel Castro: Essa deterioração exprime-se de forma resumida nos crescentes saldos negativos da conta corrente do balanço de pagamentos (do Terceiro Mundo), que totalizaram US\$ 83,3 bilhões entre 1974-1975 (35).

Diante desse quadro, esses países tiveram de cobrir seus déficits através de empréstimos no exterior, processo que marcou o aumento acelerado do endividamento (36). Ressalte-se que a intensidade da crise de 1974-75 nos países em desenvolvimento só não foi maior porque estes contrabalançaram as perdas nas relações de troca com empréstimos internacionais, aproveitando-se da conjuntura favorável e dos crescentes excedentes no mercado de eurodólares. Pode-se no entanto considerar que o endividamento significou uma espécie de fuga para frente, pois anos depois verificar-se-ia que esse processo funcionou como um torniquete sobre o futuro das nações endividadas.

Afinal, o ritmo médio anual de crescimento da dívida evoluiu a um percentual de 22,4%, enquanto o serviço da dívida crescia a patamares médios de 31,7% ao ano entre 1976 e 1979 (37). Por si só esse desempenho já prenunciava um grande potencial de efeitos negativos sobre essas economias, pois a grande maioria já não tomava empréstimos para aplicá-los no desenvolvimento, mas para



pagar o serviço da própria dívida. Tratava-se apenas de uma questão de tempo para chegar-se à insolvência.

Mas, o encilhamento das economias endividadas se completou com as medidas tomadas nos países centrais em outubro de 1979, particularmente os Estados Unidos, para enfrentar a nova crise. Todos os fenômenos negativos observados em 1974-75 se manifestaram com muito mais intensidade no final da década de 70 e início da de 80. A deterioração nos termos de troca se acentuou, o dólar obteve uma sobrevalorização impressionante (tabela ) e as taxas de juros alcançaram patamares sem precedentes na história moderna, fatores que, interconjugados, levaram as economias do Terceiro Mundo ao desastre econômico. Vejamos como funcionou esses mecanismos.

DETERIORAÇÃO NOS TERMOS DE TROCA - De acordo com levantamento da Federação Sindical Mundial, em relatório de 1985, o poder aquisitivo dos produtos exportados pelos países do Terceiro Mundo caiu 21,9% entre 1980 e 1984 (38). Outros dados citados por Castro e baseado em várias fontes (39), compreendeu um período bem mais extenso, indica de maneira muito elucidativa os efeitos da deterioração: “Em 1960, com a venda de uma tonelada de café podiam ser compradas 37,3 toneladas de fertilizantes. Em 1959, com a venda de 24 toneladas de açúcar, podia-se comprar um trator com motor de 60 cavalos. Ao final de 1982, para adquirir o mesmo produto, era necessário a venda de 115 toneladas de açúcar. Em 1959, com os ingressos da venda de seis toneladas de fibra de juta, podia-se comprar um caminhão de 7-8 toneladas. Em 1982, para adquirir o mesmo veículo, era necessário a venda de 26 toneladas de fibra de juta”. Esses dados demonstram, por si só, o perverso processo que se observou nas relações comerciais entre nações

centrais e o Terceiro Mundo, o que se torna mais grave se observarmos que 80% da população economicamente ativa desse conjunto de países vivem da agricultura.

ELEVAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS - Mas de todos os mecanismos de condicionamento das economias das periferias capitalistas, o mais grave foi o choque dos juros (tabela ). A política monetária implementada nos Estados Unidos no final dos anos 70 não só fez migrar capitais do mundo inteiro para os Estados Unidos, em busca de valorização, como também elevou de maneira brutal o serviço da dívida dos países do Terceiro Mundo. Entre 1979 e 1982 esses países pagaram US\$ 407,8 bilhões (tabela ), soma apenas ligeiramente inferior que o débito conjunto desses países no início dos anos 80. Dito de outra forma: essas nações apesar de terem pago quantia semelhante ao conjunto de seus débitos em 1980, tiveram o montante da dívida aumentando para US\$ 650 bilhões em 1982, o que demonstra uma transferência de riquezas de fazer inveja aos tempos de Pizarro e Cortez (40). Se a esses dados apresentarmos os resultados dos cálculos efetuados por Burkalov (41), que retroagiu o quantum da transferência até 1975, poderemos afirmar que o choque dos juros tratou-se na verdade de um verdadeiro saque: “De 1975 a 1985, os países devedores pagaram aos banqueiros internacionais, em forma de juros e amortização, cerca de US\$ 900 bilhões”.

Isso só foi possível graças à imposição, pelo FMI, de políticas de ajustes que inverteram a dinâmica das economias nacionais e as forçaram a buscar, a qualquer preço, o caminho do comércio exterior. Entre as medidas impostas pelo FMI, destacaram-se a redução dos gastos públicos, o fim dos subsídios aos produtos de primeira necessidade, o arrocho salarial, a desvalorização da moeda, entre outras coisas. A implantação dessas medidas levou os países do

Terceiro Mundo à recessão, ao desemprego, à estagnação econômica e a um violento processo inflacionário. “Afinal, cortes nos gastos públicos comprometem o crescimento da economia; o fim dos subsídios, contribui para o aumento do nível dos preços, restringindo o consumo das classes populares, quadro que é agravado pelo arrocho salarial”(74). Nesse contexto, a contração da demanda interna, aliada às desvalorizações da moeda, criaram uma conjuntura favorável à geração de excedentes necessários para obtenção de elevados saldos comerciais, com os quais os países pagaram até enquanto puderam os encargos da dívida externa.

Os efeitos dessa política foram dramáticos para o Terceiro Mundo, especialmente para a América Latina, que vinha de uma anterior conjuntura de crescimento econômico. Os dados da tabela 13, referentes à América Latina, dão uma amostra bastante próxima do que ocorreu no resto do mundo. O PIB da região teve crescimento médio anual de 6,6% entre 1971 e 1975, caiu um pouco entre 1976 e 1980, ficando em 5,5%; mas em 1981 desaba para 1,4% e em 1982 para -1,2%. O produto per capita teve um comportamento ainda mais desalentador: cresceu 4,1% entre 1971 e 1975; teve pequena redução no período de 1976 a 1980, ficando em 3%. Mas caiu dramaticamente em 1981 e 1982, atingindo -1% e -3,4%, respectivamente. A esses dados poderemos acrescentar que o número de desempregados na região aumentou em cerca de 40 milhões de pessoas no período, agravando ainda mais as já difíceis condições de vida da população.

Em termos sumários, esse foi o resultado do ajuste na América Latina e, por extensão, no Terceiro Mundo. Os países centrais, principalmente os Estados Unidos, após os primeiros anos de crise no início da década, experimentaram uma conjuntura de crescimento

bastante acentuada enquanto os países da periferia capitalista vivem em processo de estagnação desde o início dos anos 80 (tabela ).

Apesar de sua pujança econômica, o Brasil não ficou à margem des-se processo de ajuste. O seu desempenho nesta década, em vários indicadores, foi até mais negativos do que muitos países da região.

## Referências bibliográficas

1. **Teotônio dos Santos**, citado em Vânia Bambirra. *El capitalismo dependiente latinoamericano*, pg 8. Siglo Veinte Editores, 3º edição México - DF, 1976.
1. **Agustim Cuebas**. *Problemas e perspectivas da teoria da dependência*, pg 76, nº 13, Editora Novos Rumos, 1989. Tradução de Luis Avelima.
1. **Pierre Salema**. *Dolarização*, pg 33, Editora Nobel, 1989.
1. Esse processo se verifica na grande maioria das transnacionais : se autofinanciam, produzem e vendem suas próprias mercadorias. Neste último caso, quando não vendem diretamente, têm uma participação determinante no processo, chegando até a fixar as margens de lucro do concessionário-vendedor.
1. Um estudo mais detalhado sobre as corporações transnacionais pode ser encontrado em: **A . Astapovioch**. *Estratégia de las corporaciones transnacionales*. Editora Progreso - Moscou, 1978. **Charles Albert Michalet**. *Capitalismo Mundial*, Editora Paz e Terra, 1984.
1. **Michalet**, op. cit. Pg 173
1. **Astapovich**, op. cit. Pg 5
1. **Ibid.** pg 29
1. **Fidel Castro**. *A crise econômica e social do mundo (Informe à Conferência dos Países Não-Alinhados, 1983)*, pg 154, Editora Codecri, 1983.
1. **Geraldo Muller**. *As corporações transnacionais e a economia mundial*, FIPE-USP, 1984.
1. **Castro**, op. cit. Pg 150
1. **Ibid.** pg 137

1. Uma análise mais ampla desse processo pode ser encontrada em: **Michael Moffit**. *O dinheiro do mundo*, editora Paz e Terra, 1984; **Anthony Sampson**. *Os credores do mundo*, Editora Record, 1981; **Joseph Budish**, *El FMI, las estructuras financieras internacionales e las operaciones internacionales de la banca norteamericana*, Boletim da Federação Sindical Mundial, nº 2, 1985, Praga.
1. **Moffit**, op. cit. Pg 24
1. **Ibid.** pg 47
1. **Sampson**, op. cit.pg 124
1. **Ibid.** pg 122
1. **Ibid.** pg 123
1. **Moffit**, op. cit. Pgs. 47 e 50
1. **Edmilson Costa**. *Imperialismo*, pg 57, Editora Global, 2º ed. 1989
1. **Moffit**, op. cit. Pg 65
1. **Sampson**, op. cit. Pg 131
1. **Gore Vidal**. *Las crisis financeiras em el endeudamento de los países del tercer mundo*. Boletim Econômico da Federação Sindical Mundial, nº3-4, 1984, Praga.
1. **Moffit**, op. cit. Pg 67
1. **Ibid.** pg 103
1. **Gregoriev**. *Debate sobre a crise econômica do começo dos anos 80*, revista Ciências Sociais, nº 4, 1984, Academia de Ciências de Moscou.
1. **Martinov**. *Exacerbação dos antagonismos do capitalismo*, revista Ciências Sociais, nº 73, 1984, Academia de Ciências de Moscou.
1. **Martinov**, op. cit. Pg 54

1. **Ibid.** op. cit. pg 55
1. **Fidel Castro**, op. cit. pg
1. **Ibid.** op. cit. pg 95
1. **Nilson Araújo de Souza**. *Crise econômica: o povo tem a saída*, pg 13, Editora Quilombo, 1982.
1. *Conjuntura Econômica*, FGV-Rio, citada em **Nilson Araújo de Souza**, pg 14.
1. **Fidel Castro**, op. cit. pg 31
1. **Ibid.** pg 32
1. **Ibid.** pg 32
1. *Boletim Econômico da Federação Sindical Mundial*, nº 3-4 (Informe del secretaria general ao IV Congresso).
1. **Fidel Castro**, op. cit. pg 66
1. Conquistadores espanhóis : Cortez subjulgou o México. Pizarro dominou o Peru. Ambos levaram ouro em grande quantidade para suas metrópoles.
1. **Burlakov**. *O problema da dívida: será possível resolvê-lo?* Revista Novos Rumos, nº 41, 1985, Moscou.